**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – 03/2024**

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar – ETP para atender a necessidade de medidas de segurança, visando verificar a melhor solução para o Controle de Acesso, nos moldes da **Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021** e o **Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023**, que regulamenta os art. **82 a art. 86 da Lei n° 14.133/2021**, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços.

**1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO**

* 1. O presente ETP visa atender a necessidade das **Comarcas de Entrância Única – Grupo 3**

(Entrância Inicial) do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, as quais não possuem em suas recepções Aparelhos de Inspeção de Bagagens e Pacotes (Scanner de Conteúdo) e Detectores de Metal Tipo Portal (Pórticos), para inibir entradas de objetos ilícitos, **cumprindo a Resolução nº 435/2021 do CNJ**, que dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências:

Art. 14. Os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares, no âmbito de suas competências, adotarão as seguintes medidas de segurança: [...]

* + 1. – instalação de pórtico detector de metais e catracas, aos quais devem se submeter todos (as) que acessarem as dependências, ainda que exerça cargo ou função pública, ressalvados (as) os (as) magistrados (as), os (as) integrantes de escolta de presos e os (as) agentes ou inspetores (as) da polícia judicial que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências dos respectivos conselhos e tribunais.
		2. – instalação de equipamento de raios-X; [...]
	1. Diante de vários episódios ocorridos nos últimos anos no cenário da Segurança Pública no que diz respeito ao avanço da criminalidade e da violência contra a população em geral e autoridades constituídas e **também pela complexidade dos processos nas diversas Comarcas do Poder Judiciário**, cabe à Coordenadoria Militar do TJMT, a missão de aperfeiçoar a segurança preventiva para controle de acesso, monitoramento de perímetro, fiscalização de pessoas, de bolsas e bagagens, visando inibir o porte de armas brancas e de fogo, objetos ilícitos e quaisquer instrumentos nocivos à segurança de servidores, magistrados e visitantes no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso;
	2. Sendo assim, no ano de 2024, a Coordenadoria Militar buscando concluir o desenvolvimento do projeto padrão de segurança para todas as unidades do Poder Judiciário, cumprindo a **Resolução nº 435/2021 do CNJ**, **iniciada a aquisição e instalação dos Equipamentos de Inspeção de Bagagens e Portais de Detecção de Metal em 2019 na sede do Tribunal de justiça** e **Comarcas de Entrância Única – Grupo 1** (Entrância Final), de acordo com a então Resolução 291/2019. **Em 2021 e 2022 sendo contempladas as**

**Comarcas de Entrância Única – Grupo 2** (Entrância Intermediária) e 2023 iniciando estudos para contemplar as **Comarcas de Entrância Única – Grupo 3** (Entrância Inicial)**;**

* 1. Contudo o presente estudo visa contemplar em 2024, as **Comarcas de Entrância Única – Grupo 03** (Entrância Inicial), sendo encaminhado **Ofício nº 096 / AMPA / CMTJMT / 2023, em 29/08/2023 (Anexo I do ETP),** para todos os gestores das 45 (quarenta e cinco) Comarcas, das quais manifestaram interesse:

**1.4.1. 38 (trinta e oito) Comarcas do Grupo-3:** Alto Garças, Alto Taquari, Araputanga, Arenápolis, Aripuanã, Brasnorte, Campinápolis, Cláudia, Colniza, Dom Aquino, Feliz Natal, Guarantã do Norte, Guiratinga, Itaúba, Itiquira, Jauru, Juscimeira, Marcelândia, Matupá, Nortelândia, Nova Ubiratã, Novo São Joaquim, Paranaíta, Pedra Preta, Poconé, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Querência, Ribeirão Cascalheira, Rio Branco, São Félix do Araguaia, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Tabaporã, Tapurah, Terra Nova do Norte, Vera e Vila Bela da SS Trindade;

* 1. Outrossim, o presente estudo visa contemplar em 2024, as **Comarcas de Entrância Única – Grupo 2 e 1** (Entrância Intermediária), as quais nos anos anteriores não foram contempladas em sua plenitude, por não haver capacidade física e/ou interesse:
		1. **04 (Quatro) Comarcas do Grupo-2:** Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Comodoro e Jaciara (as quais nos anos de 2022/2023 não estavam aptas para receber os equipamentos, manifestando interesse em 2024 - Anexo I do ETP) das quais manifestaram interesse:
		2. **02 (duas) Comarcas do Grupo-1:** Rondonópolis (a qual já possui os equipamentos, mas manifestou necessidade de mais 01 (um) aparelho de Scanner de Conteúdo para o plenário daquela Comarca - Anexo I do ETP) e Juizado da Infância e Juventude de Cuiabá.
	2. Desta feita, a gestão atual preocupada em contemplar as necessidades de **urgência** e **emergência** de acordo com o seu grau de relevância, observando a inviabilidade de contemplar a totalidade do projeto padrão de segurança para todas as unidades do Poder Judiciário, em razão da capacidade orçamentaria e financeira do Poder Judiciário, visa implantar por grau de Entrância e Complexidade de processos, todas as Comarcas do PJMT com os **Equipamentos de Inspeção de Bagagens (Scanner de Conteúdo) e Detectores de Metal Tipo Portal (Pórticos),** visando o aprimoramento do controle de acesso das pessoas que frequentam as instalações do PJMT.

**2. PARTES INTERESSADAS / PÚBLICO-ALVO:**

**2.1.** São partes interessadas todos os Magistrados, autoridades, servidores, advogados, colaboradores e visitantes no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso.

**3. ALINHAMENTO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

* 1. Consoante os macros desafios descritos no Plano de Gestão 2021/2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, o alinhamento entre a necessidade da contratação e o planejamento estratégico se dará por meio da promoção da sustentabilidade e pelo aperfeiçoamento da gestão administrativa e a segurança Institucional do Poder Judiciário de Mato Grosso;
	2. Complementarmente, o objeto desta contratação está vinculado ao projeto 3.1 - GESTÃO DA MUDANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO, que tem como objetivo promover a cultura de inovação dentro do PJMT, implantando novos modelos de gestão e trabalho, operacionalizando novas ideias e promovendo conhecimento dentro da organização;
	3. Por fim, a demanda visa atender à **Resolução-CNJ N°435 de 28/10/2021**, a qual preceitua no

## CAPÍTULO VI – DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS E TRIBUNAIS:

**Art. 14.** Os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares, no âmbito de suas competências, adotarão as seguintes medidas de segurança: [...]

* + 1. – instalação de pórtico detector de metais e catracas, aos quais devem se submeter todos (as) que acessarem as dependências, ainda que exerça cargo ou função pública, ressalvados (as) os (as) magistrados (as), os (as) integrantes de escolta de presos e os (as) agentes ou inspetores (as) da polícia judicial que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências dos respectivos conselhos e tribunais.
		2. – instalação de equipamento de raios-X; [...]

**4. REQUISITOS DA SOLUÇÃO**

**4.1.** Conforme descrito no Caderno de Especificações constante no **ANEXO I-A (Scanner de Conteúdo) e ANEXO I-B (Pórticos), do Termo de Referência.**

**5. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS**

* 1. Foi realizada pesquisa de preços com o intuito de identificar as soluções existentes no mercado nacional e que atendessem aos requisitos estabelecidos, para tanto, levou-se em conta aspectos relativos à economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e qualidade;
	2. O resultado confirma a possibilidade de pleno atendimento à demanda de contratação identificada para o PJMT, de modo a alcançar os resultados pretendidos, sendo adotadas as seguintes fontes de pesquisa:
		1. Licitações e contratações anteriores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
		2. Resolução nº 400/2021 – CNJ;
		3. Contratações e aquisições similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública no último ano (2022/2023);
	3. A partir desse levantamento, foi possível inferir que o mercado de empresa especializada em fornecimento, instalação e treinamento de Aparelho de Inspeção de Bagagens e Pacotes (Scanner de Conteúdo) com acessórios e Detectores de Metal Tipo Portal (Pórticos) é amplo e diversificado:

## Tecnologias Disponíveis:

* + 1. **Aparelho de Inspeção de Bagagens e Pacotes (Scanner de Conteúdo – Raio-X)**: diversas empresas trabalham com vendas do OBJETO, dentre as opções disponíveis no mercado, verificamos algumas marcas referenciais, considerando sua funcionalidade, atendem as necessidades do PJMT, dentre elas estão: **RAPISCAN, SMITHS, NUCTECH e VMI;**
		2. **Detectores de Metais Tipo Portal (Pórticos)**: diversas empresas trabalham com vendas do OBJETO, dentre as opções disponíveis no mercado, verificamos algumas marcas referenciais, considerando sua funcionalidade, atendem as necessidades do PJMT, dentre elas estão: **DETRONIX (MettusHS+8z), VMI, e FX BIOMETRIA (MettusHS/WP–11z).**

**6. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA**

**6.1.** A Coordenadoria Militar realizou pesquisas mercadológicas de modelos mais adequados para cada Comarca em relação a sua **estrutura física para melhor adequação de sua instalação nos ambientes (Anexo I do ETP),** sendo alçados dois modelos de referência para Aparelho de Inspeção de Bagagens e Pacotes e um modelo de referência para Pórtico Detector de Metal, que melhor atendem o PJMT:

* Dimensão do Túnel: 60,6 cm x 42,0 cm;
* Dimensões do Scanner: 2,05 m x 0,85 m x 1,30 m;
* Dimensões das Esteiras: 1 m x 0,70 m;
* Total Comprimento Scanner + 02 Esteira: 4,05 m.
* Peso: 500 Kg;

**OBS:** Necessário um espaço mínimo de **6m** de comprimento (Scanner + 02 Esteiras) por **2,5 m** de Largura (com a cadeira do operador).

**6.1.1. CX6040BI – Dimensões:**

**6.1.2. CX5030T - Dimensões:**

* Dimensões de túnel: 53cm x 33 Cm;
* Dimensões do Scanner: 1,20 m x 0, 77 m;
* Dimensões das Esteiras: 50cm x 70cm cada;
* Total Comprimento Scanner + 2 Esteiras: 2,20 m;
* Peso: 190 Kg

**OBS:** Necessário um espaço mínimo de **4m** de comprimento (Scanner + 02 Esteiras) por **2,5 m** de Largura (com a cadeira do operador).

**6.1.3 Detectores de Metal Tipo Portal (Pórtico)**

**OBS:** Para este equipamento será necessário espaço:

**2,30 m de Altura, 90 cm de Largura.**

## QUANTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

* 1. Fora realizado levantamento junto aos Gestores Gerais e Assessores Militares das Comarcas do Grupo 3, através da **Ofício nº 096/AMPA/CMTJMT/2023 de 29/08/2023,** no intuito de subsidiar este ETP, quanto à **viabilidade Técnica e Operacional de instalação dos supracitados equipamentos** nas Comarcas, para aquisição de 01 (um) Aparelho de Inspeção de Bagagens (Scanner) e 01 (um) ou 02 (dois) Detector(es) de Metal Tipo Portal de acordo com o ambiente estrutural (espaço físico) para adequar a instalação dos equipamentos;
	2. Do levantamento feito verifica-se que, das 45 (quarenta e cinco) **Comarcas** do **Grupo 3 (Entrância Inicial), 38 (trinta e oito)** Gestores manifestaram-se quanto a necessidade em suas respectivas Comarcas da aquisição, obtendo os seguintes quantitativos:

|  |
| --- |
| **NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE SCANNERS E PÓRTICOS - GRUPO 3** |
| **ORD.** | **COMARCA** | **SCANNER CX6040BI** | **SCANNER CX5030T** | **PÓRTICOS** | **Responsável Resposta** |
| **01** | Alto Garças | 01 | 00 | 01 | Regilene Cajango de Oliveira |
| **02** | Alto Taquari | 01 | 00 | 01 | Matheus Pereira Oliveira |
| **03** | Araputanga | 00 | 01 | 01 | Eliana Maria Mendes de O. Caravier |
| **04** | Arenápolis | 00 | 00 | 01 | Andréa Zanutto |
| **05** | Aripuanã | 00 | 01 | 02 | Carlos Alexandre Tiemann |
| **06** | Brasnorte | 00 | 00 | 01 | Rafael Eduardo Rabelo Luiz |
| **07** | Campinápolis | 00 | 00 | 01 | Nayara Iris Caixeta |
| **08** | Cláudia | 00 | 00 | 01 | Maria Ângela B. Campana |
| **09** | Colniza | 00 | 00 | 01 | Mayara Adriano |
| **10** | Dom Aquino | 00 | 01 | 01 | Rosilei Reis Lima Manuca |
| **11** | Feliz Natal | 00 | 00 | 01 | Mailza Ramos de Araújo |
| **12** | Guarantã do Norte | 00 | 00 | 01 | Livia Carla dos Santos Amorim |
| **13** | Guiratinga | 00 | 01 | 02 | Alcir Joaquim dos Anjos |
| **14** | Itaúba | 00 | 00 | 01 | Evandro Ludvig |
| **15** | Itiquira | 00 | 01 | 01 | Fabiula Ribeiro de Moura |
| **16** | Jauru | 00 | 01 | 02 | Claudia de Paula Souza Oliveira |
| **17** | Juscimeira | 00 | 01 | 01 | Carlos Antônio da Silva |
| **18** | Marcelândia | 00 | 00 | 01 | Valdenice Candida da Silva |
| **19** | Matupá | 00 | 00 | 01 | Dorisval Santana de Moura |
| **20** | Nortelândia | 00 | 01 | 01 | Cristiane Isotom Doro |
| **21** | Nova Ubiratã | 00 | 01 | 01 | Solange Lemos da Rosa |
| **22** | Novo São Joaquim | 00 | 00 | 01 | Marinete de Jesus Correa Borges |
| **23** | Paranaíta | 00 | 01 | 01 | Tibério de Lucena Batista |
| **24** | Pedra Preta | 01 | 00 | 01 | Valdenilza de França O. Rezende |
| **25** | Poconé | 01 | 00 | 00 | Aroldo Francisco de Paula Júnior |
| **26** | Porto dos Gaúchos | 00 | 00 | 01 | Marli Trento |
| **27** | Porto Esperidião | 00 | 00 | 01 | Jorge Luiz Carreiro |
| **28** | Querência | 00 | 01 | 01 | Leny Teixeira Stephan |
| **29** | Ribeirão Cascalheira | 00 | 00 | 01 | Mateus Ferreira Gomes |
| **30** | Rio Branco | 00 | 01 | 01 | Silvana Regina Carreiro |
| **31** | São Félix do Araguaia | 00 | 00 | 01 | José Ivanilson Vieira Campos |
| **32** | São José dos Q. Marcos | 00 | 00 | 02 | Cristiane Isotom Doro |
| **33** | Sapezal | 00 | 00 | 01 | Remilson Fabio de Moraes |
| **34** | Tabaporã | 00 | 00 | 01 | Etienne R. dos S. C. Strambaioli |
| **35** | Tapurah | 00 | 01 | 01 | Carlyne Ortiz |
| **36** | Terra Nova do Norte | 00 | 00 | 01 | Katia Flavia Beê |
| **37** | Vera | 00 | 00 | 01 | Lubna P Lopes de Souza Fracaro |
| **38** | Vila Bela da SS Trindade | 00 | 01 | 02 | Flávia Adriano de Sá |
| **TOTAL** | **04** | **14** | **42** | **\*\*\*** |

**Fonte:** E-mails de resposta ao Ofício nº 096/AMPA/CMTJMT/2023 de 29/08/2023.

* + 1. Registra-se que quanto a **compatibilidade do espaço físico e operacional** do levantamento realizado nas **Comarcas do Grupo 3 (Entrância Inicial), apenas 07 (sete) Comarcas** manifestaram-se por **NÃO haver necessidade** da aquisição no momento, conforme tabela abaixo**:**

|  |
| --- |
| **SEM NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO DE SCANNERS E PÓRTICOS - GRUPO 3** |
| **ORD.** | **COMARCA** | **SCANNER CX6040BI** | **SCANNER CX5030T** | **PÓRTICOS** | **POSSUI OPERADOR** | **Responsável Resposta** |
| **01** | Apiacás | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Kelber Ramalho Lemes |
| **02** | Cotriguaçu | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Juliana Haupenthal Berwanger |
| **03** | Nobres | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Carmelindo Rei da Silva |
| **04** | Nova Canaã do Norte | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Wilson de O. doNascimento |
| **05** | Nova Monte Verde | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Marlia J. Leite Soares Cecconello |
| **06** | Rosário Oeste | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Ceila Consuelo Carvalho Martins |
| **07** | Santo Antônio deLeverger | 00 | 00 | 00 | \*\*\*\* | Siomara Ribeiro deCarvalho |

**Fonte:** E-mails de resposta ao Ofício nº 096/AMPA/CMTJMT/2023 de 29/08/2023.

* 1. Quanto as **Comarcas de Entrância Única – Grupo 2 e 1** (Entrância Intermediária e Especial), as quais nos anos anteriores não foram contempladas em sua plenitude, por não haver capacidade física e/ou interesse, **06 (seis) Unidades Judiciárias** manifestaram a seguinte necessidade:

|  |
| --- |
| **LEVANTAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SCANNERS E PÓRTICOS - GRUPO 2 E 1** |
| **ORD.** | **COMARCA** | **SCANNER CX6040BI** | **SCANNER CX5030T** | **PÓRTICOS** | **Responsável Resposta** |
| **01** | Campo Verde | 00 | **01** | 00 | Claudomiro Donadon |
| **02** | Chapada dos Guimarães | 00 | **01** | **01** | Marcio Pereira |
| **03** | Comodoro | 00 | **01** | **01** | Nubia Rodrigues de Oliveira |
| **04** | Jaciara | 00 | **01** | 00 | Catia Cirlene Bihain |
| **05** | Rondonópolis | **01** | 00 | 00 | Mauro S. Pereira de Oliveira |
| **06** | Juizado da Infância e Juventude de Cuiabá | 00 | **01** | **02** | Lucy Francisca De Oliveira |
| **TOTAL** | **01** | **05** | **04** | \*\*\* |

**Fonte:** E-mails de resposta ao Ofício nº 096/AMPA/CMTJMT/2023 de 29/08/2023.

* 1. Ressalta-se que conforme estimativas dos **itens 7.1 e 7.2** deste Estudo, somou-se **44 (quarenta e quatro) Comarcas** manifestando necessidade na aquisição dos equipamentos, onde destas, **24 (vinte e quatro) Comarcas não possuem capacidade operacional para a aquisição de imediato**, conforme apresentado:

|  |
| --- |
| **LEVANTAMENTO GERAL DE AQUISIÇÃO – SEM CAPACIDADE OPERACIONAL** |
| **ORD.** | **COMARCA** | **SCANNER CX6040BI** | **SCANNER CX5030T** | **PÓRTICOS** | **POSSUI OPERADOR** | **Responsável Resposta** |
| **01** | Alto Garças | 01 | 00 | 01 | **NÃO** | Regilene C. de Oliveira |
| **02** | Alto Taquari | 01 | 00 | 01 | **NÃO** | Matheus Pereira Oliveira |
| **03** | Arenápolis | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Andréa Zanutto |
| **04** | Campinápolis | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Nayara Iris Caixeta |
| **05** | Cláudia | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Maria A. B. Campana |
| **06** | Dom Aquino | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Rosilei R. Lima Manuca |
| **07** | Feliz Natal | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Mailza Ramos de Araújo |
| **08** | Juscimeira | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Carlos Antônio da Silva |
| **09** | Matupá | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Dorisval S. de Moura |
| **10** | Nortelândia | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Cristiane Isotom Doro |
| **11** | Nova Ubiratã | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Solange Lemos da Rosa |
| **12** | Paranaíta | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Tibério de Lucena Batista |
| **13** | Pedra Preta | 01 | 00 | 01 | **NÃO** | Valdenilza O. Rezende |
| **14** | Poconé | 01 | 00 | 00 | **NÃO** | Aroldo F. de Paula Júnior |
| **15** | Porto Esperidião | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Jorge Luiz Carreiro |
| **16** | Sapezal | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Remilson F. de Moraes |
| **17** | Tapurah | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Carlyne Ortiz |
| **18** | Terra Nova Norte | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Katia Flavia Beê |
| **19** | Vera | 00 | 00 | 01 | **NÃO** | Lubna P. L. de S. Fracaro |
| **20** | Campo Verde | 00 | 01 | 00 | **NÃO** | Claudomiro Donadon |
| **21** | Chapada Guimarães | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Marcio Pereira |
| **22** | Comodoro | 00 | 01 | 01 | **NÃO** | Nubia R. de Oliveira |
| **23** | Jaciara | 00 | 01 | 00 | **NÃO** | Catia Cirlene Bihain |
| **24** | Juizado da Infância e Juventude de Cuiabá | 00 | 01 | 02 | **NÃO** | Lucy Francisca De Oliveira |

**Fonte:** E-mails de resposta ao Ofício nº 096/AMPA/CMTJMT/2023 de 29/08/2023.

* 1. Destaque-se, que para elaborar uma nova Ata de Registro de Preço, com fins de atender uma possível nova demanda será oneroso para a administração pública, nesse sentindo indo na contra mão no que se refere o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da CF/1988.
	2. Por fim, perfazendo a **necessidade total de aquisição**, da seguinte quantidade:

|  |
| --- |
| **LEVANTAMENTO TOTAL DE SCANNERS E PÓRTICOS - GRUPO 1, 2 e 3** |
| **ORD.** | **ENTRÂNCIA ÚNICA** | **SCANNER CX6040BI** | **SCANNER CX5030T** | **PÓRTICOS** |
| **01** | Grupo 3 | 04 | 14 | 42 |
| **02** | Grupo 2 | 00 | 04 | 02 |
| **03** | Grupo 1 | 01 | 01 | 02 |
| **TOTAL** | **05** | **19** | **46** |

**Fonte:** Assessoria Militar de Planejamento em Aquisições – AMPA/CMIL

* 1. Ressalta-se que está quantidade total foi planejada para ser realizada por sistema de registro de preço (SRP), conforme item 12 deste ETP, para prever a futura e eventual necessidade das **07 (sete) Comarcas do Grupo 3 (Entrância Inicial),** que manifestaram-se por **NÃO haver compatibilidade do espaço físico e operacional no momento, conforme item 7.2.1 deste ETP;**
	2. A **estimativa total** se faz necessária para **garantir uma margem de segurança**, caso haja a autorização pela Gestão do PJMT, da contratação de vigilantes desarmados para a função de operador dos equipamentos, no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preço, considerando que **24 (vinte e quatro) Comarcas não possuem capacidade operacional para a aquisição de imediato**, motivo pelo qual esta Coordenadoria já iniciou o Estudo Técnico Preliminar para a contratação de operadores;
	3. Ressalta-se, que apenas as **20 (vinte) Comarcas** se encontram aptas a fazer à aquisição de imediato, conforme tabela abaixo:

|  |
| --- |
| **COMARCAS APTAS A AQUISIÇÃO DE SCANNERS E PÓRTICOS – DE IMEDIATO** |
| **ORD.** | **COMARCA** | **SCANNER CX6040BI** | **SCANNER CX5030T** | **PÓRTICOS** | **Responsável Resposta** |
| **01** | Araputanga | 00 | **01** | **01** | Eliana Maria Mendes de O. Caravier |
| **02** | Aripuanã | 00 | **01** | **02** | Carlos Alexandre Tiemann |
| **03** | Brasnorte | 00 | 00 | **01** | Rafael Eduardo Rabelo Luiz |
| **04** | Colniza | 00 | 00 | **01** | Mayara Adriano |
| **05** | Guarantã do Norte | 00 | 00 | **01** | Livia Carla dos Santos Amorim |
| **06** | Guiratinga | 00 | **01** | **02** | Alcir Joaquim dos Anjos |
| **07** | Itaúba | 00 | 00 | **01** | Evandro Ludvig |
| **08** | Itiquira | 00 | **01** | **01** | Fabiula Ribeiro de Moura |
| **09** | Jauru | 00 | **01** | **02** | Claudia de Paula Souza Oliveira |
| **10** | Marcelândia | 00 | 00 | **01** | Valdenice Candida da Silva |
| **11** | Novo São Joaquim | 00 | 00 | **01** | Marinete de Jesus Correa Borges |
| **12** | Porto dos Gaúchos | 00 | 00 | **01** | Marli Trento |
| **13** | Querência | 00 | **01** | **01** | Leny Teixeira Stephan |
| **14** | Ribeirão Cascalheira | 00 | 00 | **01** | Mateus Ferreira Gomes |
| **15** | Rio Branco | 00 | **01** | **01** | Silvana Regina Carreiro |
| **16** | São Félix do Araguaia | 00 | 00 | **01** | José Ivanilson Vieira Campos |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **17** | São José dos Q. Marcos | 00 | 00 | **02** | Cristiane Isotom Doro |
| **18** | Tabaporã | 00 | 00 | **01** | Etienne R. dos S. C. Strambaioli |
| **19** | Vila Bela da SS Trindade | 00 | **01** | **02** | Flávia Adriano de Sá |
| **20** | Rondonópolis | **01** | 00 | 00 | Mauro S. Pereira de Oliveira |
| **TOTAL** | **01** | **08** | **24** | **\*\*\*** |

**Fonte:** E-mails de resposta ao Ofício nº 096/AMPA/CMTJMT/2023 de 29/08/2023.

**8. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

* 1. Em virtude dos objetos serem distintos, de acordo com suas características técnicas e peculiaridades de comercialização no mercado, para o critério de adjudicação do objeto será necessário dividi-lo em 02 (dois) itens;
	2. Assim sendo, para tal decisão (parcelamento ou não), o elaborador de Planejamento promoveu a devida avaliação da divisibilidade, levando-se em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;
	3. Desta forma, para a pretensa aquisição ficou evidenciado a licitação de modo INDIVIDUAL para os itens, portanto, serão adjudicados por item, com o intuito de ampliar o acesso e a competividade; logo, na contratação em questão se verifica a viabilidade econômica, nesse caso apresentando vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 40, I, “b” da Lei 14.333/2021.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado da solução é de R$ 5.027.936,65 (Cinco Milhões, Vinte e Sete Mil, Novecentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

**10. INDICADORES DE DESEMPENHO DA SOLUÇÃO**

**10.1.** Atinente aos benefícios diretos e indiretos pode destacar que a solução auxiliará na segurança das Unidades Judiciárias das Comarcas do Grupo-3, 2 e 1, sem privar os direitos dos seus usuários e colaboradores.

**11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

* 1. Os materiais especificados quando tiverem o seu ciclo de vida útil finalizado serão descartados de maneira correta e sustentável pelo setor competente do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
	2. Ademais, todo objeto que não mais possuir utilização para a PJMT será encaminhada para a destruição/reciclagem conforme a Instrução Normativa N° 01, de 19 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

**12. DA MODALIDADE SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO**

* 1. A modalidade sugerida será o **Pregão Eletrônico, adotando o Sistema de Registro de Preços (SRP), o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou de maior desconto** sobre tabela de preços praticada no mercado, para a futura e eventual contratação, com fulcro no **art. 82º, da Lei 14.133/2021,** uma vez que conforme estimativas das quantidades/serviços estimados no item 7 deste Estudo, indicou-se a quantidade mínima e máxima de cada Comarca a ser adquirida;
	2. Por se tratar de aquisição de materiais permanentes com necessidade de contratações frequentes, possibilidade de previsão de entregas parceladas conforme as demandas surgidas no âmbito do TJMT e que, pela natureza do objeto, não é possível definir exatamente seu quantitativo, observa-se que o uso do **Sistema de Registro de Preços - SRP** para essas compras é o mais utilizado pela Administração Pública.
	3. Igualmente, **o Sistema de Registro de Preços (SRP) se apresenta como melhor opção,** em conformidade com o **art. 3º, Inc. I do Decreto 11.462/2023**, devido às características do objeto, onde há a necessidade de contratações permanentes ou frequentes, em cumprimento da Resolução 435/2021, para contemplar todas as Unidades Judiciárias do PJMT;
	4. Considerando ainda as estimativas dos itens 7.1 e 7.2 deste Estudo, somou-se **44 (quarenta e três) Comarcas** manifestando necessidade na aquisição dos equipamentos, onde destas, **24 (vinte e quatro) Comarcas não possuem capacidade operacional para a aquisição no momento**, sendo, portanto, conveniente à aquisição de bens com previsão de **entregas parceladas**, realizando assim o registro dos preços para futura aquisição durante a vigência de 02 (dois) anos da pretensa ARP, quando sanar a incapacidade, de receber os equipamentos;
	5. Ressalta-se, que devido à disponibilidade orçamentaria deste egrégio TJMT, bem como devido as 20 (vinte) Comarcas que se encontram aptas já podem fazer a aquisição de imediato, e as 24 (vinte e quatro) que não possuem capacidade operacional, é conveniente a modalidade SRP;
	6. Assim sendo, entende-se que por se tratar de aquisição comum a solução que melhor atende aos interesses e necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso é a realização de procedimento

licitatório para **registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, com fulcro na **Lei 14.133/2021 e o Decreto n° 11.462, de 31 de março de 2023**.

**13. NÃO PARTICIPAÇÃO DE PESSSOAS FISICAS CONSOANTE IN. SEGES / ME N. 116/2021**

* 1. Este projeto não é destinado à participação de pessoas físicas, devido aos requisitos técnicos e

logísticos exigidos para a implementação adequada do projeto serem complexos para indivíduos isolados. Ademais, a disponibilidade de recursos financeiros para cobrir os investimentos necessários pode representar um obstáculo significativo para pessoas físicas;

* 1. Outro motivo é o volume financeiro de R$ 5.027.936,65 (Cinco Milhões, Vinte e Sete Mil, Novecentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos), que se mostra muito vultoso para dispor para participação de pessoas físicas;
	2. Conforme disposto no Art. 3 do Capítulo I das Disposições Preliminares da IN 116/2021 menciona:

*Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras desta Instrução Normativa.*

* 1. O recurso financeiro para este projeto não é advindo de recursos da União;
	2. Já no Art. 5 do Capítulo II do Edital da IN 116/2021 menciona:

*II - exigência de a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.*

* 1. A participação de pessoa física traria um custo maior para o objeto a ser contratado;
	2. Portanto, com base nessas considerações, este projeto foi planejado para a participação de pessoas jurídicas, entidades ou organizações que possuam expertise e capacidade de gerenciamentos adequados para alcançar os objetivos propostos de maneira eficaz e eficiente.

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

* 1. Não se verifica contratações correlatas, visto que a aquisição prevê garantia de 60 (sessenta) meses;
	2. A presente aquisição necessita de contratação interdependente, pois a operação de aparelhos de raios-x (bagagem), e detectores de metais (pórticos) nas portarias, resultantes das atividades de controle de

acesso determinadas, principalmente, pela Resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021, do CNJ, é dependente de fatores externos para que seja contempladas as Comarcas do PJMT em sua plenitude, sendo imperativo a contratação de empresa de vigilância patrimonial desarmada;

* 1. Ressalta-se que o PJMT iniciou a aquisição e instalação dos Equipamentos de Inspeção de Bagagens e Portais de Detecção de Metal de **forma escalonada**, devido à **capacidade orçamentaria**, sendo contempladas em 2021, 2022 e 2023 as Comarcas de Entrância Única – Grupo 1 (Entrância Final), e as de Grupo 2 (Entrância Intermediária), respectivamente;
	2. Em 2024 faz-se necessário concluir o projeto de segurança com a contemplação das Comarcas de Entrância Única – Grupo 3 (Entrância Inicial), das quais **38 (trinta e oito) Comarcas apresentaram necessidade de imediato**, porém **apenas 19 (dezenove) delas possuem capacidade operacional** para operar os equipamentos, como se vê na tabela do item 7.4. deste ETP;
	3. Contudo, na **estimativa total deste Estudo**, somou-se 44 (quarenta e quatro) Comarcas do PJMT manifestando necessária a aquisição dos equipamentos, das quais, **24 (vinte e quatro) Comarcas não possuem capacidade operacional no momento,** conforme apresentado na tabela do item 7.4. deste ETP;
	4. Ante a insuficiência de efetivo para as Unidades Judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, **principalmente nas Comarcas de Grupo 3 (Entrância Inicial),** bem como não havendo a previsão de aumento de efetivo policial militar nas localidades, nem a possibilidade de aditivo contratual do Contrato. n. 02/2023 - CIA 0002364-59.2023 deste TJMT de vigilância armada, será necessária a contratação de empresa de vigilância patrimonial desarmada;
	5. Por fim, se encontra em Estudo nesta Coordenadoria Militar o **ETP n. 06/2024**, com objetivo de atender as **necessidades de serviços especializados de vigilância patrimonial desarmada**, diurna, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos a serem executados de forma contínua no PJMT com a atuação de vigilantes terceirizados, considerando a inexistência de número suficiente de militares da reserva remunerada e militares compartilhados se voluntariando para a atividade de vigilância em todos os postos, bem como a insuficiência de efetivo da Policia Militar, para comporem o efetivo de segurança das Unidades Judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

**15. RISCOS DA AQUISIÇÃO**

* 1. Percebe-se, em toda contratação, alguns acontecimentos incertos que podem vir a impactar negativamente o projeto. O intuito do gerenciamento de riscos é o de minimizar os riscos e incertezas sobre a contratação, maximizando as oportunidades.
	2. Os riscos analisados na presente aquisição estão descritos no mapa de riscos em **ANEXO II deste**

## ETP.

**16. EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | **E-MAIL** | **RAMAL** | **UNIDADE** |
| Caroline **Bianca** de Almeida Vieira Chiroli | caroline.chiroli@tjmt.jus.br | 3617-3366 | Coordenadoria Militar |
| José Carlos **Mataveli** | jose.mataveli@tjmt.jus.br | 3617-3366 | Coordenadoria Militar |

**17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Com base no exposto acima, a Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

# CAROLINE BIANCA DE

Cuiabá-MT, 25 de março de 2024.

Assinado de forma digital por CAROLINE BIANCA DE ALMEIDA

ALMEIDA VIEIRA VIEIRA CHIROLI:43367

# CHIROLI:43367

Dados: 2024.03.25

20:07:35 -04'00'

Caroline **Bianca** de Almeida Viera Chiroli **– TEN CEL PM Assessora Militar de Planejamento em Aquisições** Matrícula TJMT nº 43.367

CPF: **994.664.651-04**

JOSE CARLOS MATAVELI:41062

Elaborado por:

José Carlos **Mataveli** - **Sub Ten PM** Auxiliar da Coordenadoria Militar – TJMT Matrícula TJMT **41.062**

**CPF:** 551.816.511-00

Assinado de forma digital por JOSE CARLOS MATAVELI:41062 Dados: 2024.03.26 17:16:09 -04'00'